
SITUAÇÃO DA AGRICULTURA

Abril de 1981

A atualização monetária do Maior Valor de Referência (MVR) vem obtendo reajuste inferior às taxas inflacionárias, pois em maio de 1979 este valor era de Cr\$1.591,42, passando a Cr\$4.071,20, a partir de 1º de maio de 1981 (Decreto nº 85.951, de 29/04/81 - D.O. 30/04/81), ou seja, uma valorização de apenas 156% em dois anos, provocando problemas aos agentes financeiros, na aplicação, principalmente, dos 10% do volume de crédito aos chamados miniprodutores (definidos como aqueles com Valor de Produção Anual de até 100MVR).

De outro lado, a subvalorização do MVR tem dado margem a que os produtores rurais solicitem a alteração nos critérios de sua classificação como mini, pequeno, médio e grande, para efeitos de financiamentos rurais, visto que os produtores das duas últimas faixas ficam obrigados a obter outras fontes de recursos não subsidiados, para o financiamento de sua produção, na base de 20% e 40% respectivamente.

Outro aspecto relacionado aos baixos reajustes do MVR refere-se a várias linhas de financiamentos ao setor rural, cujas operações en contram-se vinculadas ao valor máximo de até 100MVR, como por exemplo: a aquisição de pequenas máquinas, equipamentos de irrigação, matrizes bovi nas e bovinos de serviço, reforma de máquinas, etc.

Ao final de abril, foram fixados novos níveis de salário míni mo para todo o território nacional, sendo que para o Estado de São Paulo ficou estabelecido o valor de Cr\$8.464,80. Note-se que o salário mínimo, que vinha sendo corrigido de acordo com a variação do INPC mais 10% de produtividade, a partir de 1º de maio último foi corrigido apenas com ba se no INPC, sem os 10% adicionais. Contudo, a lei que instituiu a políti ca de reajustes salariais semestrais, em meados de 1979, a qual previu au mentos acima do INPC em 10% até três mínimos, não englobaria o reajuste do mínimo, que permaneceu como matéria de deliberação do Presidente da Re pública.

Cabe lembrar que esse reajuste pesará no cálculo dos demais sa lários, na medida em que os diversos percentuais de correção são calcula dos como múltiplos de salário mínimo, o que deverá afetar o nível do con sumo geral. De outro lado, ou seja, dos custos de produção, o menor au mento do mínimo equivalerá a uma menor folha de pagamento das empresas.

Outro item do custo agrícola que sofreu reajuste foi a venda dos derivados de petróleo que, segundo Portaria CNP/DIPRE/PD nº153 de

15/04/81 (D.O. 24/04/81), passaram a custar, a partir de 17 de abril de 1981, Cr\$66,00 o litro de gasolina e Cr\$32,80 o de óleo diesel. Esse segundo reajuste em 1981 corresponde a um incremento, em relação ao último reajuste realizado em dezembro de 1980, de cerca de 44% para óleo diesel. Continua, portanto, a política recente de maiores reajustes de óleo diesel, o que, sem dúvida, deverá pressionar os custos diretos dos produtores rurais, que têm neste produto a principal fonte de energia.

Em relação à política de financiamento à produção, foi estendido ao PROASE (C.C. nº589, de 03/03/81 - D.O. 13/04/81) o subprograma "Produção de Sementes", válido para todo território nacional. Com a criação de mais essa linha de financiamento especial, o PROASE passa a condensar os seguintes subprogramas: Financiamento de Biodigestores, Aquisição de Milho Destinado à Suinocultura, Prô-Feijão e Financiamento da Produção de Sementes.

No que se refere ainda a Programas Especiais, foi criado o Plano de Casa Rural (PLACAR) através do Decreto nº 85.876, de 03/04/81, destinado ao financiamento da construção e melhoramento de moradias próprias para a população rural de baixa renda e de obras de infra-estrutura, sendo beneficiários do PLACAR os mini e pequenos produtores - proprietários ou não de imóvel rural - e os trabalhadores rurais. A prioridade deste Plano é o atendimento das regiões mais carentes, tendo-se iniciado pelo Nordeste. O controle de execução financeira caberá ao Banco Nacional de Habitação (BNH), podendo as cooperativas de produtores rurais contratar, junto a esse agente financeiro, financiamentos de moradias destinadas à população rural, bem como obras de infra-estrutura. Poderão também funcionar como agentes financeiros do PLACAR, as instituições oficiais e privadas que operam com o crédito rural, desde que credenciadas pelo BNH.

Foram criadas pela Lei nº 6902 de 27/04/81 (D.O. de 28/04/81) as Estações Ecológicas, definidas como áreas representativas de ecossistemas brasileiros, destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de Ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista. Destaque-se que as pesquisas científicas e outras atividades realizadas nestas Estações deverão levar em conta a sobrevivência das populações e das espécies ali existentes. Nessas condições, deverão ser utilizados estudos comparativos com as áreas da região ocupada e modificada pelo homem, a fim de obter informações úteis ao planejamento regional e ao uso racional de recursos naturais.

É interessante verificar que, antes da criação dessas Estações Ecológicas, foi baixada a Portaria nº 102 de 20/04/81 dispondo que o INCRA, juntamente com a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e o IBDF deveriam proceder ao reassentamento de posseiros de terras públicas necessárias à implantação de Estação Ecológica, Reservas Biológicas, Parques Nacionais e Floresta Nacional, desde que as posses tenham amparo da lei.

Foi reduzida a 0 (zero) a alíquota do imposto aplicado às exportações do café através da Resolução nº 691, de 29/04/81 (D.O. de 04/05/81). As principais taxas que incidem sobre este produto são: a cota de contribuição (confisco), o Imposto de Circulação de Mercadoria e o Imposto de Exportação. A eliminação deste imposto foi necessária, na medida em que o produto encontra-se com preços bastante baixos no Mercado Internacional. Na realidade, várias medidas foram tomadas, tais como a redução, na prática, da cota de contribuição que vem variando entre 5 a 10 dólares, dependendo do mercado. Mesmo com a redução dessas duas taxas, a questão do café não parece de todo resolvida, pois os custos de produção atingiram um patamar incompatível com os preços no mercado, sugerindo ter chegado a hora de se rever, em profundidade, a política para esta cultura.

COMPORTAMENTO DOS MERCADOS

A atual safra paulista de grãos e cereais apresentará crescimento da ordem de 13,7% em relação ao ano agrícola anterior, com produção superior em 4,7 milhões de toneladas e aumento da área plantada de 13,5%. No caso específico do feijão das águas e da seca, a produção de 1981 apresentou crescimento de 21% em relação ao ano passado, enquanto o feijão da época do inverno terá sua área plantada ampliada em nada menos de 46%, passando de 57.600ha da safra anterior para 83.900ha.

Efetuada em abril, o quarto levantamento revela dados de colheita das principais culturas anuais, principalmente daquelas plantadas na época das águas, para as quais haverá ainda uma reavaliação em junho. Fornece, também, uma primeira avaliação da produção das culturas da seca e tendências do plantio de inverno.

A safra de grãos (arroz, feijão, milho e soja) não obteve melhores índices em virtude da estiagem ocorrida no início do ano, particularmente na região de São José do Rio Preto, que reduziu sensivelmente o rendimento do arroz. No caso do feijão das águas o aumento da área plantada foi de 14,5%, registrando-se crescimento de 3,1% na produção - índice considerado baixo devido a adversidades climáticas. Com respeito ao feijão das secas, esperam-se resultados bastante favoráveis: crescimento de 16% na área plantada e produção 42% maior.

O desempenho esperado para o feijão de inverno - 46% de aumento na área plantada - deve-se, em grande parte, aos plantios realizados com irrigação, cuja produtividade é de três a quatro vezes superior.

Quanto aos principais produtos hortigranjeiros - batata, cebola e tomate - pode-se observar a confirmação dos decréscimos de área e produção para batata das águas, menos 9,2% e menos 8,8%, respectivamente, e incremento para batata da seca, de 13,9% para área e 13,2% para a produção. Sensível ganho de produção (24,6%) está sendo observado para a cebola de soqueira, embora a área tenha decrescido em 7,8% em relação à safra do ano anterior.

Para o tomate destinado a processamento industrial, verifica-se na atual previsão decréscimo de área e de produção, o que pode, em princípio, ser atribuído ao reduzido valor de custeio e desinteresse por parte da indústria em contratar áreas sem irrigação, numa atividade que envolve elevada dose de risco e necessidade de grandes investimentos por unidade de área. Deve-se, entretanto, destacar o aumento de produtividade média, justamente em decorrência do processo seletivo que se vem observando no sentido de ampliar as áreas irrigadas.

Os dados de área plantada da banana devem ser vistos com reservas, pois a tendência seria de declínio em vista dos resultados pouco atraentes que a cultura vem proporcionando nos últimos anos.

No caso da laranja, o rendimento médio continua a elevar-se em decorrência da maior proporção de pés atingindo a fase de produção. Outrossim, os efeitos dos menores tratamentos culturais, a permanência de frutos nas árvores até início de dezembro e a seca prolongada em algumas regiões do Estado, em 1980, não estariam sendo captados neste levantamento, devendo-se aguardar as estimativas a serem efetuadas entre junho e novembro no decorrer da colheita.

Como indicado, em fevereiro, o aumento da produção de cana-de-açúcar, para a safra que se iniciou em maio, é estimado em 4,5%, com um aumento de 4,1% na área plantada, tendo-se, portanto, calculado um pequeno aumento de rendimento da cultura (2%).

Para o café, foram mantidas as expectativas de produção já divulgadas, porém com ligeiro declínio em relação aos números de fevereiro. Mantida a renda no benefício, igual à da safra anterior, a produção esperada será de 9,7 milhões de sacas de 60kg.

COMPORTAMENTO DOS PREÇOS

O Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores apresentou, no mês de abril de 1981, um aumento de 4,40%, em relação a março do mesmo ano, decorrente de uma elevação nos preços dos produtos vegetais e animais de 4,17% e 4,77% respectivamente. (figura 1).

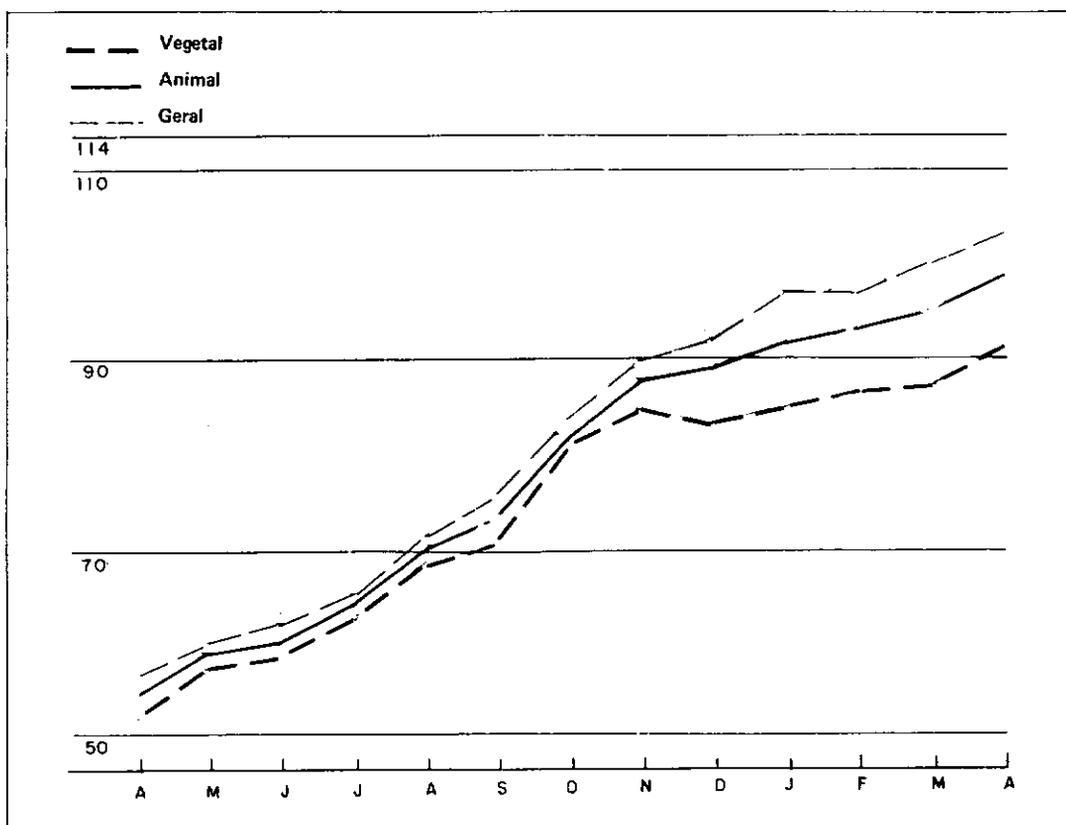


FIGURA 1. - Evolução do Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores do Estado de São Paulo, Abril de 1980 a Abril de 1981. Base: 1961-62 = 100.

Ao se excluir o café do cálculo do Índice Geral e do Índice de Produtos Vegetais, nota-se que, com um decréscimo de 0,25% nos preços desse produto, os índices acima citados se elevaram para 5,73% e 6,62%, respectivamente.

Além do café, apresentaram variações negativas em suas cotações os seguintes produtos: laranja (12,24%), milho (8,73%) e aves (0,10%).

Os demais produtos – cebola (56,62%), feijão (40,50%), batata (14,94%), banana (13,18%), arroz (11,37%), ovos (9,61%), mandioca (8,97%), suínos (7,74%), amendoim (4,52%), leite (4,50%), soja (3,70%), tomate (0,61%), bovinos (0,24%) e mamona (0,24%) – quando comparados ao mês anterior apresentaram elevações em seus preços. As cotações de chá não se alteraram neste mês.

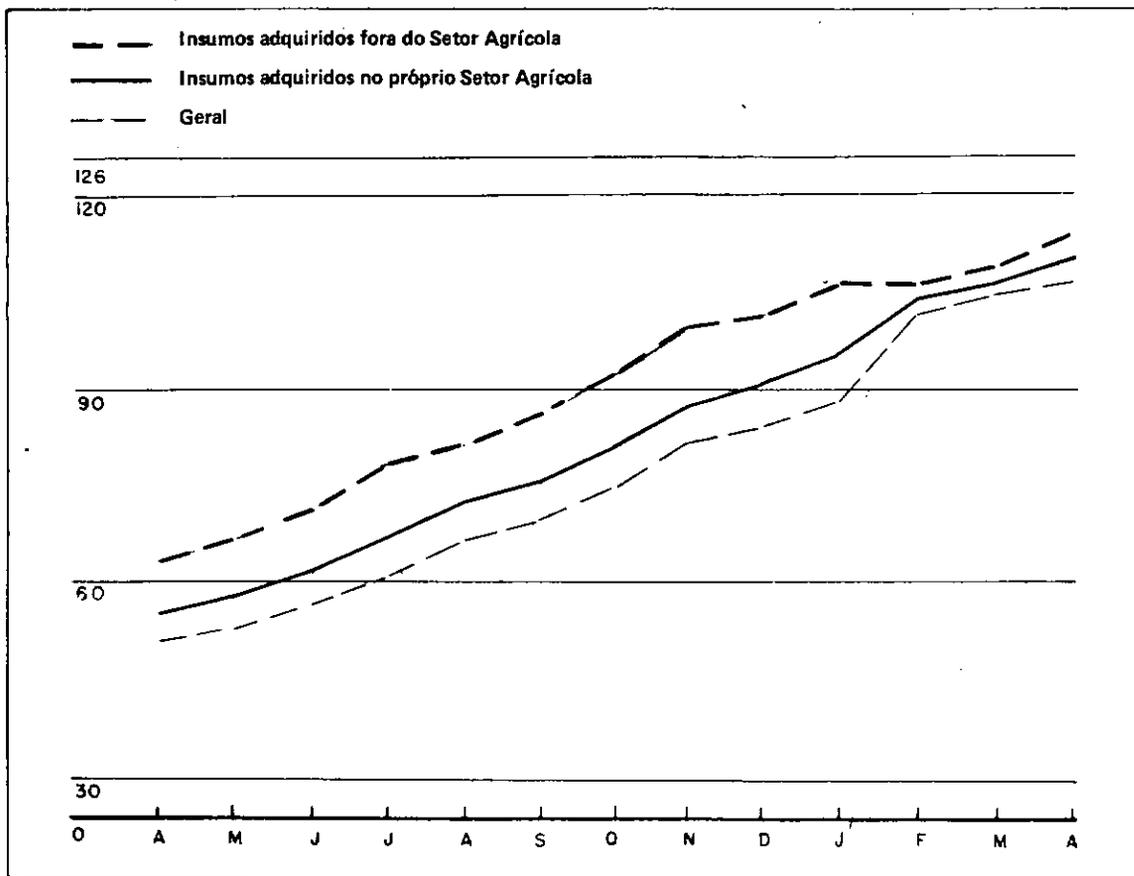


FIGURA 2. - Evolução do Índice de Preços Pagos pela Agricultura Paulista, Abril de 1980 a Abril de 1981.
Base: 1961-62 = 100.

Em abril, os insumos adquiridos fora do setor agrícola e os insumos adquiridos no próprio setor sofreram elevações, em seus preços, da ordem de 5,29% e 0,28% respectivamente, acarretando uma elevação de 3,44% no Índice de Preços Pagos, como mostra a figura 2.

Combustível e lubrificantes (20,70%) e adubo (14,15%) apresentaram aumentos significativos em seus preços, enquanto que alimentos de origem agrícola (4,54%) e vacinas e medicamentos (0,20%) acusaram variações negativas.

Quanto aos Índices de Paridade, observa-se que a relação Índice Geral de Preços Recebidos/Índice Geral de Preços Pagos sofreu um aumento de 0,93%, enquanto a relação Índice Geral de Preços Recebidos/Índice Geral de Preços Pagos por Insumos Adquiridos fora do Setor Agrícola de cresceu 0,85% (figura 3).

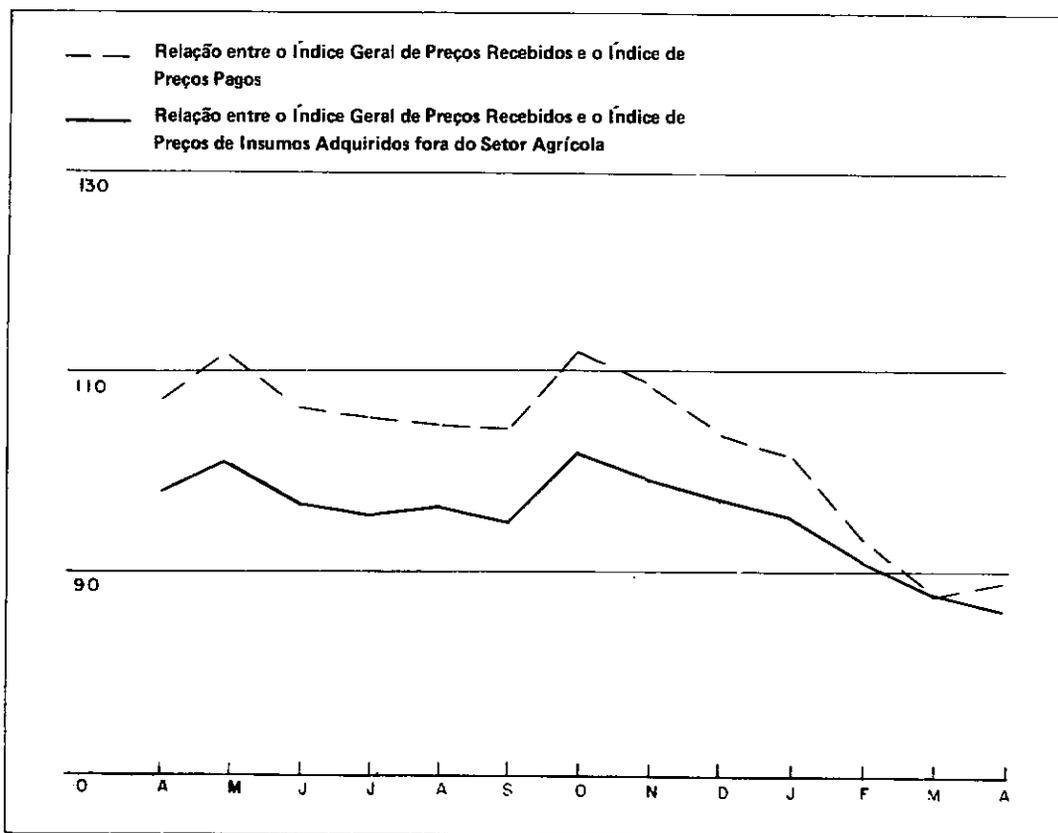


FIGURA 3. - Evolução do Índice de Paridade no Estado de São Paulo, Abril de 1980 a Abril de 1981.
Base: 1961-62 = 100.

CESTA DE MERCADO

A cesta de mercado atingiu, em abril de 1981, o valor de Cr\$11.642,68, apresentando um acréscimo da ordem de 5,0% em relação ao mês anterior. Essa taxa foi inferior à observada em abril de 1980 em relação a março de 1980 (9,5%).

A evolução nos últimos 12 meses, abril de 1980 a abril de 1981, foi de 100,0% (quadro 1).

QUADRO 1. - Variações Percentuais da Cesta de Mercado, São Paulo, 1981

Mês	Variação em relação a		
	Mês anterior	Dez. 1980	Mesmo mês de 1980
Jan.	8,5	8,5	103,4
Fev.	5,2	14,1	106,1
Mar.	4,7	19,5	108,4
Abr.	5,0	25,5	100,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Em abril de 1981, verificou-se aumento de 5,5% na despesa média com produtos de origem animal superior àquele observado nos produtos de origem vegetal, 4,7% (quadro 2), sendo que as participações dos produtos vegetais e animais no custo da cesta foram, respectivamente, de 61,1% e 38,9%.

Analisando os produtos de origem vegetal, observa-se que os maiores aumentos foram registrados pelo tomate (31,5%), cebola (8,1%) e macarrão (6,2%). Os gastos com arroz e feijão, produtos básicos na alimentação, sofreram acréscimos de 8,0% e 21,2% respectivamente.

Com relação aos produtos animais, as maiores altas foram observadas nos preços de leite (14,5%) e dos derivados de carne suína: lingüiça, banha e toucinho (12,0%).

QUADRO 2. - Variações Percentuais dos Custos de Alimentação, Produtos de Origem Vegetal, Produtos de Origem Animal e do Total da Cesta de Mercado, em Relação ao Mês Anterior, na Cidade de São Paulo, 1980 a 1981

Mês	Produtos de origem vegetal		Produtos de origem animal		Total	
	1980	1981	1980	1981	1980	1981
Jan.	5,7	8,0	6,0	9,3	5,8	8,5
Fev.	7,0	6,2	-0,4	3,5	3,8	5,2
Mar.	4,6	5,8	2,0	3,0	3,5	4,7
Abr.	13,7	4,7	3,6	5,5	9,5	5,0
Mai.	2,2	...	5,6	...	3,5	...
Jun.	2,5	...	3,6	...	2,9	...
Jul.	8,2	...	9,6	...	8,7	...
Ago.	4,7	...	3,4	...	4,1	...
Set.	6,8	...	3,3	...	5,4	...
Out.	15,4	...	10,9	...	13,6	...
Nov.	6,8	...	7,4	...	7,0	...
Dez.	1,8	...	4,9	...	3,0	...
Variação acumulada (1)	114,8	27,1	78,5	23,0	98,3	25,5

(1) A variação acumulada de 1980 tem como base dezembro de 1979 e a variação acumulada de 1981 tem como base dezembro de 1980.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.